

Interações entre o Brasil e a Índia no alvorecer do século 21

Interactions between Brazil and India at the dawn of the 21st century

Hoyêdo Nunes Lins*

Resumo: Integrantes do BRICS, grupo de países ditos emergentes que se destacaram econômica e politicamente na última década, Brasil e Índia foram incorporados pelo capitalismo em diferentes períodos históricos e mantiveram poucas relações entre si durante o século 20. Esse quadro se altera no século 21, em contexto de redefinição da posição internacional da Índia, por razões econômicas e geopolíticas. O comércio bilateral se mostra crescente, embora permaneça reduzido e com diferenças nas pautas quanto à concentração e ao perfil dos produtos, justificando providências para a diversificação. Interações mais intensas ocorrem na cooperação, em Ciência e Tecnologia (C&T), defesa conjunta de interesses em fóruns internacionais e em iniciativas para redução da pobreza e promoção do desenvolvimento. Em C&T são especialmente férteis e promissoras as interações na grande área da saúde. Cabe postular que neste e em outros âmbitos do diálogo Brasil-Índia muito mais poderia e deveria ser concretizado.

Palavras-chave: relações entre Brasil e Índia; comércio; cooperação

Abstract: Members of the BRICS, a heterogeneous group of so-called emergent countries that reached economic and political prominence in the last decade, Brazil and India were incorporated by capitalism in different historical periods and exhibited weak bilateral relations over the 20th century. This picture changes in the current century as India redefines its international position, mainly for economic and geopolitical reasons. Bilateral trade grows, notwithstanding its small volume and the differences in degree of concentration and types of products. More intense cooperative interactions take place in Science & Technology (S&T), in positions manifested at international forums (as the World Trade Organization) and in relation with initiatives aiming to reduce poverty and to promote development. In S&T, links within the area of health as a whole look particularly fertile and promising. One could say that either in this sphere or in other domains much more could and should be done, concerning Brazil-India dialogue.

Keywords: Brazil-India relationships; trade; cooperation

* Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais; PPG em Economia; PPG em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

1. Introdução

Dentre as iniciativas recentes de aproximação dos interesses de países, impulsionando novas configurações econômicas e políticas com repercussões possivelmente amplas, tem destaque aquela indicada pelo termo BRICS. O acrônimo refere às articulações de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul para, talvez sob a inspiração do que formulou um economista do grupo Goldman Sachs (O'Neill 2001), nutrir vínculos que lhes favoreçam a participação em processos globais. Note-se que a indicação inicial de O'Neill se referia somente aos quatro primeiros países, que compartilhavam, segundo o autor, a condição de “economias emergentes”, além de exibirem grandes territórios e populações. Formado o grupo, e na sequência de cúpulas periódicas desde a inauguração em 2009 (na cidade russa de Ecaterimburgo), a África do Sul foi incorporada dois anos depois, tendo sediado a cúpula de 2013, realizada em Durban.

Este artigo focaliza algumas relações protagonizadas em um recorte do conjunto BRICS: Índia e Brasil. O motivo da escolha se prende à percepção de que a Índia estaria hoje a enxergar a América Latina com renovado interesse, em conformidade com a redefinição da sua posição internacional em termos econômicos e geopolíticos. Para o Brasil, a importância desses vínculos há de incluir o potencial de comércio: se o enorme mercado chinês – fonte de importantes receitas brasileiras de exportação – registra população próxima a 19% do total mundial, a Índia abriga quase 18%. Mas, também as possibilidades de cooperação e alinhamento sobre questões de relevo contam entre os argumentos por relações mais densas. Tudo isso robustece o interesse nessas interações e a justificativa do recorte adotado.

O quadro mundial é de processos econômicos e políticos intensos, associados principalmente aos reflexos da crise deflagrada em 2008. Assim contextualizado, o assunto das relações Índia-Brasil representa oportunidade de reflexão sobre como países externos ao centro do capitalismo podem atuar para, aproveitando possibilidades conjuntamente, prospectar uma melhor inserção internacional. O texto tem quatro seções, além desta introdução e das

conclusões. A seguir caracteriza-se brevemente o BRICS; depois se aborda a incorporação de Brasil e Índia na dinâmica expansionista do capitalismo, mirando um enquadramento histórico para ambos; posteriormente privilegia-se o comércio bilateral; na última parte considera-se o tema da cooperação.

2. Breve caracterização do grupo BRICS

O grupo BRICS é heterogêneo em diferentes sentidos, como ilustrado pela tabela 1. É assim, sobretudo, na demografia, pois China e Índia concentram juntos 87% da população do grupo (em 2014), um peso demográfico que é enorme mesmo mundialmente (somados atingem 37% do total planetário). Há assimetria substantiva também no produto da economia. O PIB chinês representava 60% do conjunto em 2014, reiterando uma presença já elevada em escala global: 13,2%. Essa proeminência reflete taxas de crescimento que sobressaem em macrorregião (Leste e Sudeste da Ásia), cujo dinamismo chama a atenção. Heterogeneidade importante se referia, ainda, ao PIB per capita, com a Rússia em primeiro lugar e o Brasil em segundo. O tamanho da população chinesa faz com que, apesar do volume do seu PIB, sua média por habitante não supere US\$ 7,4 mil naquele ano, um aspecto que avulta ainda mais na Índia, cujo indicador é US\$ 1,6 mil.

No comércio a visibilidade chinesa é absoluta: concentração de 67% das exportações e 63% das importações do BRICS em 2014. Nas vendas externas, esse país aparece acompanhado de longe pela Rússia, e, nas compras, pela Índia. Diferenciação marcada ocorre também na incidência do comércio externo na economia, mensurada pelo Grau de Abertura da Economia ao Exterior (GAEE) e pela Intensidade Exportadora (IE). A África do Sul, seguida (à distância) pela China, ostenta a maior abertura tanto pelo primeiro indicador, que considera a corrente de comércio (exportações + importações), quanto pelo segundo (que leva em conta somente as exportações). O Brasil apresentava, por qualquer ângulo, a menor abertura.

Tabela 1 – BRICS: Indicadores selecionados (2014)

	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul	Mundo
População (milhões) (%)	208,0 (2,89)	144,0 (1,98)	1.295,0 (17,83)	1.364,0 (18,78)	54,1 (0,74)	7.261,0 (100,0)
PIB (US\$ trilhões) (%)	2,417 (3,09)	2,031 (2,60)	2,042 (2,61)	10,351 (13,25)	0,350 (0,0004)	78,106 (100,0)
PIBpc (US\$ 1,00)	11.800	14.300	1.560	7.400	6.790	10.757
Exportações (US\$ bilhões) (%)	225,1 (1,18)	497,8 (2,60)	322,7 (1,69)	2.342,3 (12,25)	91,0 (0,48)	19.112 100,0
Importações (US\$ bilhões) (%)	239,1 (1,25)	308,0 (1,61)	462,9 (2,43)	1.959,2 (10,27)	122,0 (0,64)	19.082 (100,0)
GAAE ^a	19,21	39,67	38,47	41,56	60,86	
IE ^b	9,31	24,51	15,80	22,63	26,00	
Expec. vida ao nascer (anos)	74,4	70,4	68	75,8	57,2	71,5

Fonte: elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial. Para população, PIB, PIBpc e expectativa de vida: <http://data.worldbank.org/country>. Para exportações: <http://data.worldbank.org/indicador/TX.VAL.MRCH.CD.WT?view=chart>. Para importações: <http://data.worldbank.org/indicador/TM.VAL.MRCH.CD.WT?view=chart>

^a Grau de Abertura da Economia ao Exterior: $\text{Export.} + \text{Import.} / \text{PIB} * 100$

^b Intensidade Exportadora: $\text{Export.} / \text{PIB} * 100$.

A expectativa de anos de vida ao nascer mostra que as desigualdades não se limitam à economia e à demografia. A dessemelhança é considerável: a expectativa de vida no país em pior situação, a África do Sul, era 24% inferior à do país com a melhor condição, a China; a segunda pior era a indiana, com expectativa 10% menor comparativamente à chinesa. Do conjunto, somente China e Brasil superavam o indicador médio mundial.

Subjacentes a esses dados figuram circunstâncias produzidas em trajetórias específicas, plasmadas por interações com diferentes abrangências. Para o último quarto de século cabe assinalar o que segue, entre outros aspectos.

No caso brasileiro, merece realce a sequência de controle da inflação e reformas econômicas e políticas na década de 1990, quando igualmente se avançou na integração econômica com países vizinhos. Nos anos 2000, após algumas incertezas, ocorreu crescimento com superávits comerciais vinculados ao *boom* mundial das *commodities*, um percurso que fortaleceu a liderança regional do Brasil. Desde a virada para a atual década, ganharam

corpo movimentos tendentes à deterioração do quadro econômico – conforme assinalado, entre outros, por Paula & Pires (2017), uma piora nutrida pelo fim do referido *boom*, pela crise internacional associada ao estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos, em 2008, e por algumas opções de política econômica –, processo este que resultou em instabilidades com fortes reflexos sociais, além de vinculadas a turbulências na política interna.

Na Rússia, ocorreu adaptação às imposições do colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que comprimiu o escopo territorial à disposição do então *core*. Tendo em vista a atuação de importantes empresas, o país se fortaleceu como grande fornecedor de energia, logrando inclusive “fidelizar” mercados na Europa Ocidental (Serrano & Mazat 2013). Nos anos 2000, a reativação de vários setores industriais e investidas como a do acordo de maio de 2014 entre o consórcio russo Gazprom e a Corporação Nacional de Petróleo da China – envolvendo o abastecimento desse país em gás por trinta anos – sinalizam um novo patamar de presença internacional da Rússia.

Na Índia, houve reformas liberalizantes que mudaram a estrutura erigida após a independência, em 1947. Naquele arcabouço predominava o planejamento centralizado mirando, por exemplo, o crescimento industrial, com forte presença do Estado na economia, praticando-se amplamente o protecionismo. As reformas dos anos 1980 espelharam a urgência de acelerar o crescimento econômico para gerar empregos e combater a grande pobreza do país. Dos anos 1990 em diante, sem que o Estado deixasse de atuar – na produção industrial, no setor financeiro –, a desregulamentação foi intensificada. A expansão ganhou velocidade, mas a pobreza permaneceu imensa, com elevadas taxas de analfabetismo e má nutrição infantil (Prates 2013).

Na China, o quadro atual é indissociável do frenesi econômico instalado com as mudanças da década de 1970. O país passou a ostentar uma velocidade de crescimento sem paralelo e, sobretudo no século 21 (desde a admissão na Organização Mundial do Comércio), a atrair investimentos externos que nutriram notável dinamismo industrial e exportador. Esse processo tem reflexos no cotidiano chinês e em diferentes mercados no mundo, gerando inquietações por causa do incrustado poderio competitivo. Seus investimentos externos, instalando capacidades produtivas, comprando

ativos e explorando recursos em vários países, destacam-se nesse percurso, cujos contornos são também geopolíticos, segundo as abordagens integrantes de livro organizado por Cintra, Silva Filho & Pinto (2015).

A África do Sul exibiu ao mundo, nos anos 1990, o término do *apartheid*, segregação racial institucionalizada com origem no domínio holandês e britânico. Mas as desigualdades de desenvolvimento persistiram, pois o desemprego e a informalidade no mercado de trabalho permaneceram muito grandes, conforme indicado por Fryer & Cattaneo (2014), assim como persistiram os problemas em segurança e saúde. Ajustes macroeconômicos naquela década e a mistura de desregulamentação com privatizações nos anos 2000 favoreceram o crescimento, porém o fim do *boom* das *commodities* afetou bastante o país, que continua a representar, de todo modo, a maior e mais diversificada economia africana, acompanhado por Egito e Nigéria.

Tudo somado, considerando-se a grande heterogeneidade no seio desse conjunto – algo particularmente destacado no tocante à proeminência chinesa em nível mundial –, cabe indagar inclusive sobre a pertinência da configuração de tal bloco e, por extensão, do uso do correspondente acrônimo. Postula-se aqui que a iniciativa se justificaria devido, em grande medida, ao ingrediente estratégico inserido, de perfil geopolítico: quer-se referir ao compartilhamento do interesse em lograr capacidade de manifestação e de iniciativa com maiores ressonâncias, aptas a favorecer, talvez, uma participação mais influente na economia e na política internacional.

3. Brasil e Índia: tempos distintos na absorção pela economia mundial

O historiador francês Fernando Braudel, refletindo sobre o quanto a história das civilizações pode contribuir para a compreensão do período contemporâneo, declarou certa vez que “[...] é toda a História que é preciso mobilizar para a inteligência do presente” (Braudel 1992: 236). Fidelidade a essa ideia sobre a importância da história aparece também na frase, em forma de indagação, com a qual esse autor termina o prefácio do terceiro tomo da sua *magnum opus*, intitulada *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII* (Braudel 1998: 10): “Não é o presente em grande parte a presa de um passado que se obstina em sobreviver, e o passado, por suas regras, diferenças

e semelhanças, a chave indispensável para qualquer compreensão séria do tempo presente?”.

Concordando com a importância da história nesses termos, mas sem pretender (e ter condições de) apelar para um suporte com a magnitude evocada – “toda a História” –, sistematizam-se nesta seção alguns aspectos das trajetórias de Brasil e Índia com respeito à incorporação dos dois países na economia mundial. A pretensão é salientar as condições periféricas de ambos¹, com suas particularidades, haja vista o entendimento de que a contrapartida dos intensos e obrigatórios vínculos com as respectivas metrópoles, relacionados a tal caráter periférico, foi um histórico de relações bilaterais que, quando se manifestaram, em alguns momentos do século XX, revelaram-se quase sempre limitadas e frágeis.

Assinale-se, desde logo, que os integrantes do BRICS como um todo foram incorporados em diferentes períodos e condições à dinâmica do capitalismo, durante a multissecular expansão desse sistema. O leste da Europa e parte do continente americano foram logo envolvidos nesse processo, e, portanto, o “B” do BRICS foi objeto de uma precoce absorção, ao menos no tocante à sua franja litorânea. Mas não foi assim com os demais países do acrônimo, pois até meados do século 16 tanto a Rússia como o subcontinente indiano e a maior parte da África Ocidental permaneceram de fora. A incorporação de partes dessas áreas só ocorreria durante o século 18; na África (embora enclaves costeiros internalizados existissem desde o século 16) e na Ásia, somente no século 19 um movimento mais forte nessa direção teve lugar.

Não que inexistisse comércio europeu com aquelas áreas. A natureza e os reflexos do intercâmbio é que autorizam a qualificação de área externa. A Ásia registrou uma evolução comercial, nas relações com a Europa, que representou a passagem de uma grande presença de especiarias para outros

¹ Na literatura que embasa esta abordagem, pertencente à análise dos sistemas-mundo, a economia mundial capitalista exhibe ampla e abrangente divisão do trabalho que permite observar, considerando-se aspectos como tecnologia e “recompensas” (níveis de lucros e de salários, por exemplo), uma estrutura hierarquizada contendo zonas de centro, de semiperiferia e de periferia, as segundas combinando elementos característicos das outras duas situações. Essa estrutura, por assim dizer mais “econômica” articula-se a uma outra mais “política”, conformando sistema interestatal, ostentando Estados centrais, semiperiféricos e periféricos. Ambas as estruturas tripartites se reforçam mutuamente nas correspondentes condições hierárquicas.

produtos, vários para consumo de luxo. Mas esse comércio, mesmo crescente, não representou efetiva periferização da área do oceano Índico, tendo em vista que não repercutiu nas relações sociais de produção (Wallerstein 1984).

Assim, no século 16, o fornecimento pela periferia americana de itens como metais preciosos, açúcar e madeira tornava apenas secundário o interesse dos europeus pela Ásia. Na América, esse papel econômico resultou em formas estáveis de produção sob o comando europeu, com mudanças na estrutura social (Wallerstein 1979). No século 17, a importância americana só fez crescer. Graças inicialmente ao açúcar, o Brasil se destacava nessa grande periferia como parte de um sistema organizado por um estado semiperiférico, Portugal. Essa relevância se estendeu à mineração de ouro, cujo produto ia parar na Inglaterra, onde era amplamente utilizado para saldar pagamentos com o Oriente (Frank 1977), e ao algodão, a partir de impulso que frutificou no Maranhão e atingiu o Nordeste. No século 19, coube ao café o papel chave.

A incorporação da Índia aconteceu muito depois, e o movimento que guindou o sul da Ásia à condição de periferia do sistema capitalista foi bem diferente. Desde pelo menos o século 13, a Ásia fornecia ao noroeste da Europa artigos de luxo como sedas e musselinas, assim como especiarias; na Índia, em particular, era proeminente a exportação têxtil. No século 16, o forte comércio impunha uma marcante presença da frota portuguesa no Oceano Índico, além de – projetando-se no século 17 e em parte do seguinte – fluxos de metais preciosos naquela direção. A Europa representava território de passagem nessa movimentação rumo à Índia e à China: Marx (1976: 132) contabilizou, para o período 1602-1734, “150 milhões de libras esterlinas em prata, que tinham primeiramente vindo da América para a Europa”.

Todavia a Ásia, mesmo nas áreas litorâneas do oceano Índico, não se tornou integrante da economia europeia no século 16, pois sua produção não fazia parte da respectiva divisão do trabalho (Wallerstein 1979). Essa condição se prolongou no século 17, apesar das volumosas exportações têxteis e da atuação da Companhia Holandesa das Índias Orientais (Wallerstein 1984). Só no século 18, em meio a uma sustentada expansão econômica, instalou-se processo de efetiva periferização da Ásia:

Em algum momento em torno de 1750, tudo [...] começou a evoluir rapidamente, e o subcontinente indiano, o império otomano [...], a Rússia [...] e a África Ocidental [...] se incorporaram ao conjunto de processos produtivos inter-relacionados (a denominada divisão do trabalho) da economia-mundo capitalista. [...] Em relação aos processos produtivos, ocorreram [...]: uma nova modalidade de relações de “exportação” e “importação”, a criação de “empresas” (ou entidades de decisão econômica) econômicas maiores [...] e um aumento significativo na coerção da força de trabalho (Wallerstein 1998: 191).

No subcontinente indiano, revelaram-se decisivas as operações da Companhia (Britânica) das Índias Orientais, que monopolizava o comércio e o transporte de mercadorias entre a Europa e a Ásia (Marx 1976), com *modus operandi* que fez Adam Smith falar de “um sistema tão destrutivo como o da Companhia Holandesa” (Smith 1996: 126). As mudanças desencadeadas atingiram os sistemas de posse da terra e as relações envolvendo os produtores agrícolas, além de forçar a especialização produtiva. O quadro se agravou desde o início do século 19, quando o governo britânico passou a exercer controle administrativo direto na Índia: segundo Frykenberg (1965), citado por Wallerstein (1998: 257 – grifo do autor), “No ano de 1837, os britânicos já não eram meramente *um* poder na Índia. Eram *o* poder sobre a Índia”. Os desdobramentos foram dramáticos, pois esse país acabou rebaixado para a categoria de colônia, comprando produtos ingleses e fornecendo matérias brutas (Braudel 1996), uma dominação que destruiu antigas comunidades, com suas bases econômicas históricas, e disseminou a miséria especialmente entre os tecelões (Marx 1976).

Daí se poder considerar, na direção apontada por Wallerstein (1991), que a Índia moderna constitui uma “invenção” do moderno sistema mundial. Esse autor não está sozinho nessa postulação, como evidencia uma importante voz indiana:

Com toda a sua magnífica antiguidade e profundidade histórica, a Índia contemporânea é inequivocamente uma criação do mundo moderno. Todas as ações e ideias fundamentais da modernidade – expansão colonial europeia, estado, nacionalismo, democracia,

desenvolvimento econômico – a moldaram (Khilnani 1997: 5).

Não parece existir equívoco de que algo semelhante, no que concerne à imagem de “invenção” ou “criação” por parte do moderno sistema mundial, pode ser dito também sobre o Brasil. E, neste país como na Índia, mostrou-se determinante, na moldagem das respectivas ligações internacionais, o caráter de periferia cevado por longos períodos em relação a esse sistema. Vínculos econômicos impostos pelas metrópoles europeias, no caso indiano prolongados até o imediato Segundo Pós-Guerra, desenharam perfil de interações (muito) pouco favorável ao relacionamento econômico entre Brasil e Índia. No lado brasileiro, em que pese a “precoce” independência, o modo de inserção na economia mundial (envolvendo o café e depois a borracha, por exemplo) nunca oportunizou relações do tipo que atualmente se designa como “sul-sul”, ainda mais implicando países tão distantes e diferentes entre si.

Mais recentemente, sob o signo da globalização, a Índia tem mostrado desenvoltura progressiva em projeção internacional, com alguma liberalização em vários sentidos após décadas de políticas enfeixadas na substituição de importações. Todavia, embora suas empresas internacionalizadas se interessem mais por países populosos e que ofereçam oportunidades, por exemplo, em petróleo e outros minerais, a orientação regional caracteriza o grosso das iniciativas indianas, nas quais se observam aspectos inclusive geopolíticos (De Beule & Van Den Bulcke 2012). Com efeito, como destaca o *World investment report 2017*, da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD 2017: 55),

A Índia e outros países sul-asiáticos estão se conectando a cadeias regionais de valor e redes de infraestrutura. Indústrias indianas começaram a se integrar de forma significativa nas fortes e sofisticadas redes de produção da Ásia do sul e do leste. Essa nova tendência é ilustrada por alguns investimentos de grande escala em indústrias dinâmicas, como a produção de *smartphone*, principalmente [oriunda] da China.

Essa tendência se inscreve em movimentos mais gerais de reconfiguração de diferentes cadeias globais de valor, à reboque da crise internacional desencadeada em 2008. Nesse processo, captado por vários ângulos no livro organizado por Cattaneo & Gereffi & Staritz (2010), cresceu a incidência das cadeias em economias ditas emergentes, notadamente nos membros do BRICS, e se intensificou a participação desses países tanto no comércio internacional como nos fluxos de investimentos externos diretos.

O Brasil, contudo, como de resto a América Latina de um modo geral – sem incluir o México –, parece pouco implicado na dinâmica das cadeias globais, comparativamente falando, a julgar por estudos como OECD (2013a). De fato, em abordagem sobre a participação do país nesses termos, Sturgeon & Gereffi & Guinn & Zylberberg (2013a: 114-115) assinalam a pertinência de indagar “[...] por que o engajamento global do Brasil (exportação, importação, investimento, terceirização) não é mais difundido do que já é”. Os mesmos autores sugerem, em outro estudo, que considerar os tipos de políticas protagonizadas e o próprio clima para investimentos, entre outros aspectos, ajuda a vislumbrar as razões (Sturgeon & Gereffi & Guinn & Zylberberg, 2013b).

De todo modo, se a Índia fortalece e amplia atualmente suas interações em escala regional, desdobrando-se especialmente no leste e no sudeste da Ásia, os vínculos brasileiros com algum sentido de integração produtiva (pois no tocante ao comércio o quadro é outro, como se verá) em nível internacional parecem ter incidido notadamente no Cone Sul. Em que pesem a reconhecida timidez e a limitada abrangência dessas iniciativas (Medeiros 2011; Alvarez & Baumann & Wohlers 2010), uma certa tendência nessa direção ganhou contornos no marco da integração ligada ao Mercado Comum do Sul (Mercosul): por exemplo, já “No final dos anos 1990, um sistema de produção automotiva genuinamente regional se desenvolvia no Mercosul, baseado em uma divisão do trabalho na produção de veículos e componentes entre Argentina e Brasil.” (Humphrey & Memedovic 2003: 13).

Em suma, na trajetória histórica de Brasil e Índia, foram muito escassas (se existiram) as oportunidades de relações econômicas bilaterais. E, no período atual, os movimentos protagonizados não se mostrariam

conducentes, à primeira vista, e de uma maneira geral, a uma maior aproximação. Voltar-se-á ao assunto na sequência do artigo.

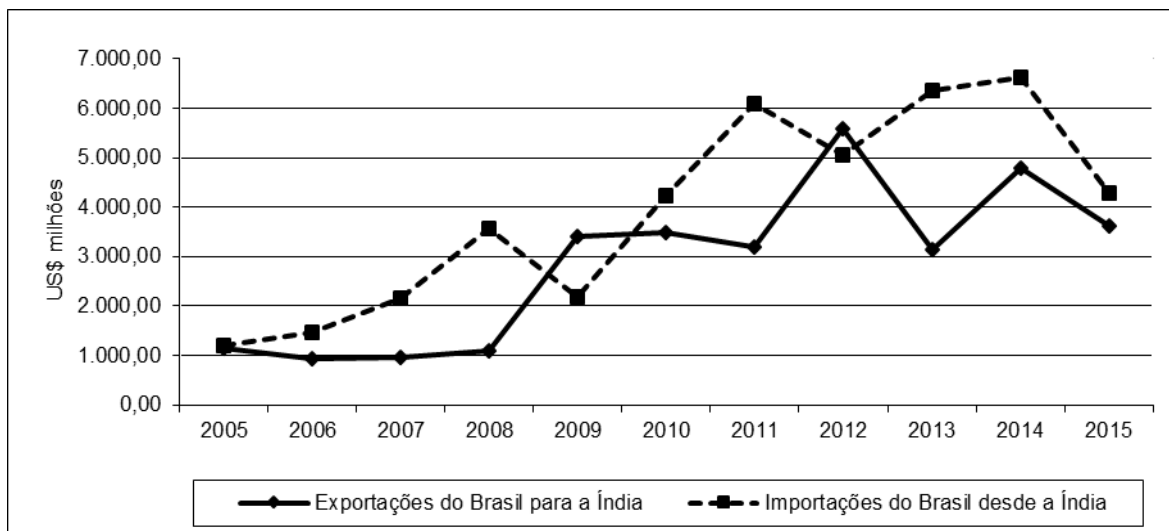
4. Interações Brasil-Índia no século 21: o ângulo do comércio

Países semiperiféricos incorporados à dinâmica do capitalismo com temporalidades e em condições distintas, Brasil e Índia nunca tiveram um comércio bilateral volumoso, mesmo se comparado à intensidade das trocas nas últimas décadas envolvendo os membros do BRICS (Pant 2011). Ambos sempre representaram, reciprocamente, uma proporção pequena das respectivas trocas globais, seja nas exportações ou nas importações. Os principais interlocutores comerciais de Brasil e Índia se situam, de fato, em outras latitudes do sistema mundial, o que reflete o caráter das relações de ambos com o sistema mundial, plasmadas no percurso histórico de cada um, como se procurou assinalar na seção anterior.

Dados recentes da *United Nations Statistics Division – Commodity Trade Statistics* (UN-Comtrade) (<http://comtrade.un.org/pb/CountryPagesNew.aspx?y=2015>) indicam que bem mais de ¼ das exportações indianas em 2015 tomaram a direção de somente três países, a saber, Estados Unidos (13,6%), Emirados Árabes Unidos (10,5%) e China (4,3%). O mesmo se observa no tocante às importações, com a alteração de um país: China (13%), Arábia Saudita (6,9%) e Emirados Árabes Unidos (6,1%). Para o Brasil, a mesma fonte indica como principais destinos a China (18,6%), os Estados Unidos (11,6%) e a Argentina (7,1%), e, como principais origens das compras, os mesmos três países com, pela ordem, 16,5%, 15,4% e 6,4%. Somados, tais mercados representaram para o Brasil, em 2015, 37,3% e 38,3% das exportações e importações totais, nessa sequência.

Não obstante a diminuta expressão em termos comparativos, o comércio bilateral Brasil-Índia apresentou crescimento nos últimos anos. Entre 2005 e 2015 essa tendência significou salto da faixa próxima a US\$ 1 bilhão, em exportações do Brasil para a Índia e em importações do primeiro com origem na segunda, para vendas brasileiras que superaram US\$ 5 bilhões, como em 2012, e para compras que atingiram US\$ 6,6 bilhões, como em 2014 (Figura 1).

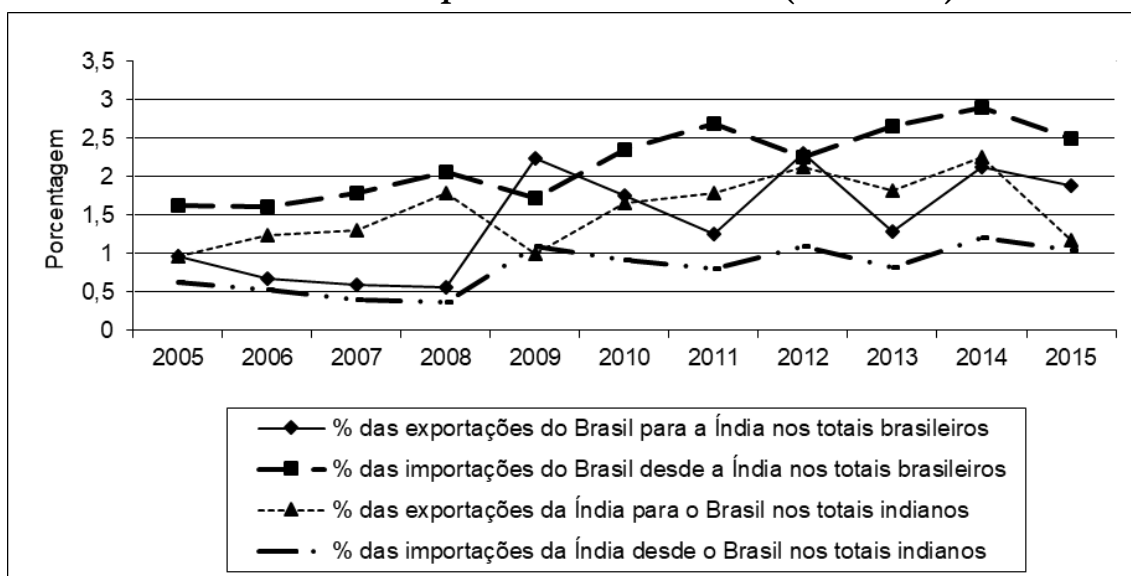
Figura 1 – Comércio entre Brasil e Índia – 2005-2015 (US\$ milhões)



Fonte: elaborado pelo autor com dados de *United Nations Statistics Division – Commodity Trade Statistics Database* (<http://comtrade.un.org/db/>).

Esse crescimento afetou, em algum grau, a representatividade de Brasil e Índia no comércio total do parceiro, embora não do mesmo modo na comparação entre exportações e importações. A figura 2 mostra a evolução para o período 2005-2015.

Figura 2 – Comércio entre Brasil e Índia: participação do comércio bilateral nos respectivos fluxos totais (2005-2015)



Fonte: elaborado pelo autor com dados de *United Nations Statistics Division – Commodity Trade Statistics Database* (<http://comtrade.un.org/db/>).

A participação das exportações brasileiras para a Índia nas exportações totais do primeiro país saltou de pouco menos de 1% para cerca de 2%, com oscilações no trajeto que significaram uma considerável ultrapassagem desse patamar em 2009, 2012 e 2014. Menos instável, o comportamento das importações brasileiras com origem na Índia representou progressão de 1,6% para 2,5% de participação nas compras agregadas do Brasil, sendo que, de 2010 em diante, os números sempre exibiram incidências superiores a 2%, inclusive tangenciando 3%, como em 2014. Também de comportamento pendular foi a participação das exportações indianas para o Brasil no conjunto das vendas externas daquele país: perto de 1% no início e no fim da série, com oscilação no decurso que rompeu o patamar de 2% em 2012 e 2014. Já a proporção das compras indianas ao Brasil no conjunto das importações do primeiro país passou de 0,6% para a faixa de 1%, em tendência de suave crescimento.

Sobre a composição desse comércio, deve-se destacar, primeiramente, a presença de alguma sintonia com o perfil das trocas externas totais de ambos os países.

Os dados sobre o comércio internacional em 2015, disponibilizados pela já mencionada *United Nations Statistics Division – UN-Comtrade*, informam que do total de US\$ 191 bilhões exportados pelo Brasil para o mundo, 32% se distribuíram entre os seguintes dez produtos, em ordem decrescente de valor: soja, minério de ferro, óleos de petróleo, açúcar de cana, carne de ave, torta de soja e outros resíduos, café, milho, polpa de madeira e carne bovina congelada. A dezena de produtos principais nos US\$ 171 bilhões de importação brasileira total, atingindo 28% do conjunto, abrange o que segue, também em ordem declinante: óleos de petróleo não crus, óleos de petróleo crus, gases de petróleo e outros gases, peças e acessórios de veículos automotores, automóveis e outros veículos automotrizes para transportes, aparato elétrico para telefonia em linha, medicamentos, inseticidas e assemelhados, circuitos eletrônicos integrados e sangue (humano e animal para usos terapêuticos).

Para a Índia, a referida estatística indica que os dez principais produtos dos US\$ 264 bilhões de exportações para o mundo em 2015, atingindo 38%

do total, foram, começando pelo mais representativo: óleos de petróleo não crus, diamantes brutos ou não (mas não engastados), medicamentos, artigos de joalheria, arroz, automóveis e outros veículos motorizados para transporte, carne bovina congelada, fio de algodão, peças e acessórios de veículos automotores e outras aeronaves (helicópteros, aviões). Os dez itens principais na totalidade das importações indianas naquele ano, equivalentes a 49% do total de US\$ 391 bilhões, foram os seguintes: óleos de petróleo e óleos obtidos de minerais betuminosos, ouro, diamantes brutos ou não (mas não engastados), aparato elétrico para telefonia em linha, carvão, gases de petróleo e outros gases, mercadorias não especificadas, óleo de palma, máquinas automáticas para processamento de dados e minério de ferro.

No comércio Brasil-Índia marcam presença, com intensidade que denota elevada concentração da pauta, vários dos produtos indicados. O quadro 1 permite observar esse aspecto do intercâmbio bilateral.

No período 2005-2015, somente três produtos concentraram, agregadamente, participações que ultrapassam a metade (em alguns anos, muito mais do que isso) do valor exportado ou importado. Nas exportações do Brasil para a Índia, itens como açúcar de cana, óleo de soja, sulfetos de minérios de cobre e óleos brutos de petróleo ocupam as primeiras posições recorrentemente e respondem pelo principal das vendas. Pelo menos dois aspectos chamam mais a atenção nessas exportações. De um lado, o salto de 200% no valor total entre 2008 e 2009; de outro, a presença atingida pelo açúcar de cana no segundo ano, beirando 39%. É importante considerar que a Índia, como a China, foi pouco afetada comparativamente pela recessão decorrente da crise financeira ligada ao estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos. Assim, se os principais destinos das vendas brasileiras contraíram suas compras, os resultados para a Índia apontam a direção contrária. Quanto ao peso do açúcar, deve-se mencionar o prejuízo na safra de cana (e também nas de outros cultivos) do país sul-asiático causado por uma forte seca ocorrida naquele período (Peixoto 2010).

Quadro 1 – Comércio Brasil-Índia: totais e principais produtos (2005-2015)

Ano	Exportações brasileiras (US\$ milhões FOB e percentagens)	Importações brasileiras (US\$ milhões FOB e percentagens)
2005	<i>Total: 1.136,8 (100,0)</i> Açúcar cana em bruto: 240,7 (22,2) Óleo de soja em bruto: 192,6 (16,9) Outros aviões a turb.: 136,3 (12,0)	<i>Total: 1.202,7 (100,0)</i> Óleo diesel: 608,8 (50,6) Outros compostos heteroc.: 32,6 (2,7) Fio de poliésteres simples: 27,5 (2,3)
2006	<i>Total: 938,9 (100,0)</i> Sulfet. de min. de cobre: 146,4 (15,6) Óleo de soja em bruto: 104,3 (11,1) Borracha de estireno: 17,6 (1,9)	<i>Total: 1.473,9 (100,0)</i> Óleo diesel: 726,7 (49,3) Outros compostos heteroc.: 30,7 (2,1) Fio texturizado de poliésteres: 15,7 (1,1)
2007	<i>Total: 957,8 (100,0)</i> Sulfet. de min. de cobre: 235,7 (24,6) Óleo de soja em bruto: 181,5 (18,9) Outras formas amianto: 32,6 (3,4)	<i>Total: 2.164,9 (100,0)</i> Óleo diesel: 1.084,1 (50,1) Outros compostos heteroc.: 63,6 (2,9) Fio texturizado de poliésteres: 40,8 (1,9)
2008	<i>Total: 1.102,3 (100,0)</i> Sulfet. de min. de cobre: 219,8 (19,9) Óleo de soja em bruto: 189,7 (17,2) Outros minérios de cobre: 57,6 (5,2)	<i>Total: 3.563,6 (100,0)</i> Óleo diesel: 1.524,7 (42,8) Coques de hulha, linhita...: 108,5 (3,0) Outr. gr. eletr. energ. eólica: 107,2 (3,0)
2009	<i>Total: 3.415,0 (100,0)</i> Açúcar cana em bruto: 1.326,1 (38,8) Óleos brut. de petróleo: 872,7 (25,6) Outr. açúc. cana, beterr.: 143,3 (4,2)	<i>Total: 2.190,9 (100,0)</i> Óleo diesel: 541,9 (24,7) Outr. gr. eletr. energia eólica: 160,1 (7,3) Outros compostos heteroc.: 77,2 (3,5)
2010	<i>Total: 3.492,3 (100,0)</i> Óleos brut. petróleo: 1.255,0 (35,9) Açúcar cana em bruto: 875,5 (25,1) Sulfet. de min. de cobre: 247,0 (7,1)	<i>Total: 4.242,5 (100,0)</i> Óleo diesel: 1.731,4 (40,8) Fio algodão 85% cru: 143,1 (3,4) Fio texturiz. de poliésteres: 142,5 (3,4)
2011	<i>Total: 3.200,7 (100,0)</i> Óleos brut. petróleo: 1.702,5 (53,2) Sulfet. de min. de cobre: 419,2 (13,1) Óleo de soja em bruto: 164,7 (5,1)	<i>Total: 6.081,0 (100,0)</i> Óleo diesel: 3.125,1 (51,4) Coques de hulha, linhita...: 189,1 (3,1) Fio texturiz. de poliésteres: 151,0 (2,5)
2012	<i>Total: 5.576,9 (100,0)</i> Óleos brut. petróleo: 3.432,0 (61,5) Outros açúcares de cana: 471,8 (8,5) Óleo de soja em bruto: 363,9 (6,5)	<i>Total: 5.042,8 (100,0)</i> Óleo diesel: 2.084,7 (41,3) Outr. aparel./disp. tratores: 137,5 (2,7) Outros compostos heteroc.: 93,4 (1,8)
2013	<i>Total: 3.130,1 (100,0)</i> Óleos brut. petróleo: 1.586,7 (50,7) Outros açúcares cana: 435,0 (13,9) Óleo de soja em bruto: 232,8 (7,4)	<i>Total: 6.357,3 (100,0)</i> Óleo diesel: 3.343,7 (52,6) Fios têxteis de poliést. crus: 177,4 (2,8) Outros inseticidas: 82,6 (1,3)
2014	<i>Total: 4.788,7 (100,0)</i> Óleos brut. petróleo: 2.335,2 (48,8) Outros açúcares cana: 643,2 (13,4) Óleo de soja em bruto: 366,5 (7,6)	<i>Total: 6.640,3 (100,0)</i> Óleo diesel: 3.495,5 (52,6) Fios têxteis de poliést. crus: 143,0 (2,1) Fios simples poliést. orientais: 77,9 (1,2)
2015	<i>Total: 3.617,4 (100,0)</i> Óleos brut. petróleo: 1.103,3 (30,5) Óleo de soja em bruto: 551,9 (15,3) Outros açúcares cana: 457,0 (12,6)	<i>Total: 4.289,6 (100,0)</i> Óleo diesel: 1.586,7 (37,0) Fios têxteis de poliést. crus: 112,9 (2,6) Inseticida a base de acetato: 75,1 (1,7)

Fonte: elaborado pelo autor com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e comércio Exterior – SECEX (<http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/balanca-comercial-brasileira-mensal-2>)

Nas importações brasileiras oriundas da Índia, o óleo diesel aparece, invariavelmente, como o principal produto. Esse item se mostra acompanhado de fio de poliésteres, outros compostos heterocíclicos, fio texturizado de poliésteres, coques de hulha, outros grupos eletrogêneos de energia eólica, fio de algodão e inseticidas.

Como se nota, é de baixa intensidade tecnológica que se trata nesse comércio bilateral. Isso é fato especialmente nas vendas brasileiras, largamente concentradas em produtos básicos. Essas vendas incluem alguns insumos industriais, exibindo destaque os itens que resultam de processamento agroindustrial.

Outra questão é que as pautas se caracterizam pela diferenciação interindustrial. Quer dizer, o comércio intraindustrial, sinalizador (e tradução) de diversificação produtiva no interior dos setores e de possibilidades de fragmentação dos processos de fabricação, com divisão espacial do trabalho, tem pequena presença, ao menos nesse nível de observação. Há escasso comércio intraindustrial entre Brasil e Índia – característica que parece marcar o comércio no seio do BRICS, em geral – inclusive em “bens ambientais” (equipamentos para gerar energia alternativa e instrumentos de medição e teste, entre outros), esfera em que se poderia imaginar alguma diversificação produtiva e complementaridade na oferta por conta das características dos países (Kallummal & Varma & Sharma, 2014).

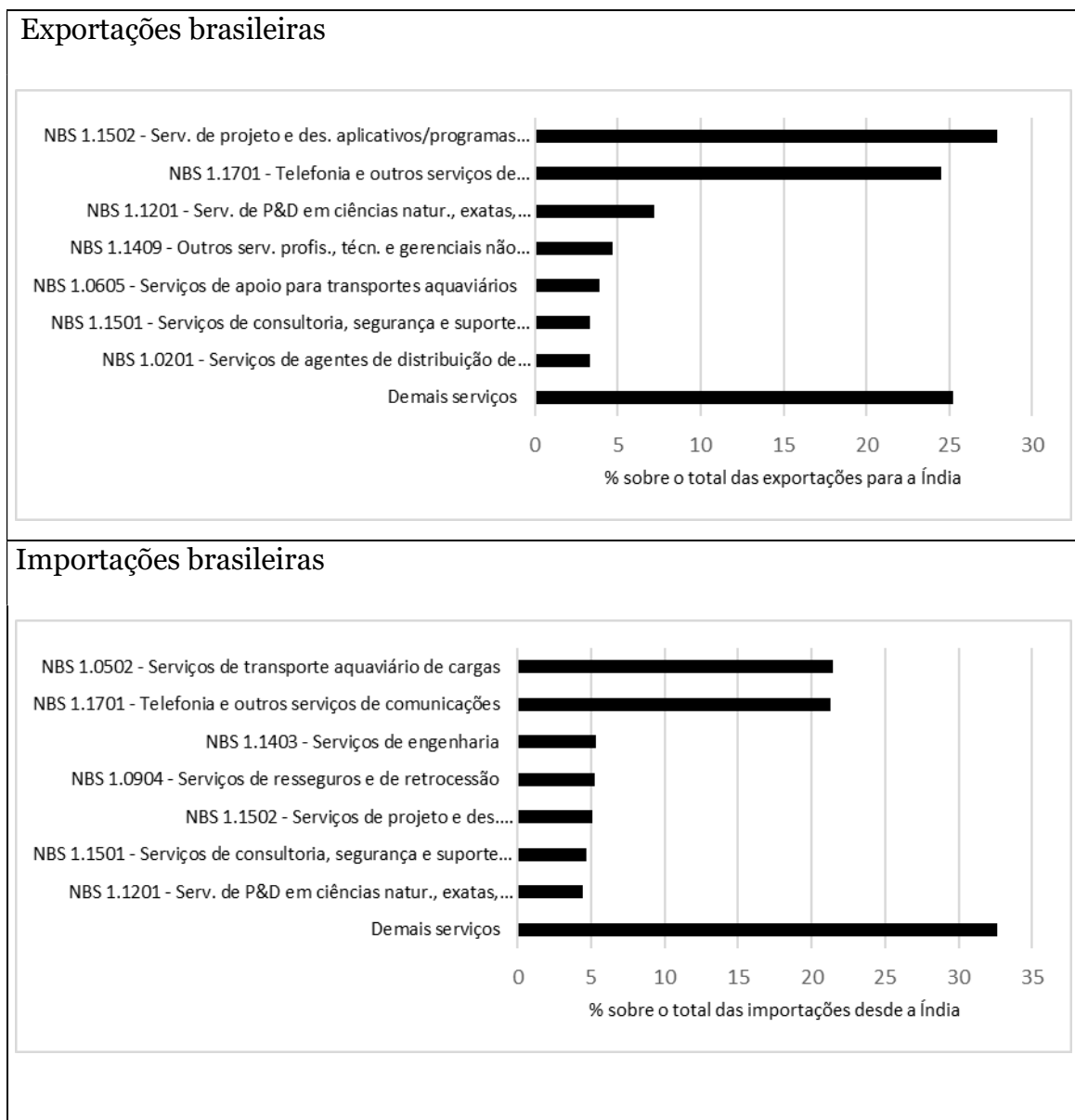
Corroborar esse ponto de vista o estudo de Taques & Cavalcante & Monteiro (2015), que calcula o nível de presença do comércio intraindustrial nas interações internas ao BRICS para o período 1995-2013. Utilizando o Índice Grubel-Lloyd (IGL), que varia de zero a 1 – significando zero a incidência nula daquele comércio e 1 a participação total – e indica o quanto o comércio intraindustrial explica o comércio total entre países (cf. Grubel & Lloyd, 1971), os autores mostram que o IGL para o comércio Brasil-Índia é, em geral, baixo. O índice raramente supera 0,4 nos catorze tipos de produtos examinados naquele estudo e, mesmo assim, só em poucos anos, embora algum crescimento tenha ocorrido em alimentos frescos, madeira, couro, metais, equipamentos de transporte e minerais.

Outro aspecto do ângulo comercial das interações Brasil-Índia diz respeito aos serviços, um setor em que o país sul-asiático exhibe reconhecido

destaque no que respeita às exportações. Com efeito, informações compiladas e analisadas em Brasil (2016a) indicam que a Índia figurou como 8º exportador mundial de serviços em 2015, representando receita de US\$ 155 bilhões; para comparar, o Brasil se perfilou em 32º lugar, traduzido em US\$ 33 bilhões (pouco mais de 1/5 da cifra indiana). Ainda mais eloquente é o fato de a Índia ter registrado o terceiro maior saldo comercial positivo, enquanto o Brasil amargou déficit de US\$ 36 bilhões.

O perfil de negócios bilaterais em serviços, disponibilizado em Brasil (2016b), permite observar que em 2015 o Brasil vendeu US\$ 87,1 milhões para a Índia e comprou US\$ 115,8 milhões, incorrendo em saldo negativo de US\$ 28,7 milhões. Os dois principais serviços exportados pelo Brasil à Índia naquele ano, totalizando 52% do total, foram, por ordem de importância, “Serviços de projeto e desenvolvimento de aplicativos e programas em tecnologia de informação (TI)” – com a posição 1.1502 na Nomenclatura Brasileira de Serviços (NBS) – e “Telefonia e outros serviços de telecomunicações” (NBS 1.1701). A principal dupla de serviços comprados pelo Brasil àquele país, somando 43% do total, foram, pela ordem, “Serviços de transporte aquaviário de cargas” (NBS 1.0502) e “Telefonia e outros serviços de telecomunicações” (NBS 1.1701). A Figura 3 fornece uma ideia mais abrangente sobre as interações comerciais entre o Brasil e a Índia com respeito aos serviços, no de 2015.

Figura 3 – Brasil: principais serviços comercializados com a Índia em 2015 (pela Nomenclatura Brasileira de Serviços – NBS)



Fonte: elaborado pelo autor com dados de Brasil (2016b).

A questão principal a ser sublinhada sobre o assunto é que, não obstante a projeção internacional indiana na matéria, o país sul-asiático não aparece entre os principais parceiros do Brasil (em conjunto de vinte países) no comércio de serviços. É assim quer se considere a Índia como origem de compras efetuadas pelo Brasil, quer como destino das vendas do segundo (Brasil, 2016a).

5. Para além do comércio: geopolítica e cooperação

Assinalou-se anteriormente que até o começo dos anos 1980 a Índia praticava políticas protecionistas, planejamento centralizado e forte intervenção do Estado na economia, mirando o crescimento industrial. Esse período, iniciado com a independência, foi classificado como de “desenvolvimento para dentro”, com reduzidas taxas de crescimento econômico e poucos resultados no combate à pobreza (Prates 2013; Prates & Cintra 2009). Não sem harmonia com os direcionamentos de instituições como o Fundo Monetário Internacional, tal quadro motivou reformas liberalizantes que marcaram o cenário indiano na década de 1990 e repercutem até hoje.

O Brasil, de sua parte, somente ao final dos anos 1980 desencadeou processo de efetivo alinhamento com outros países da América Latina quanto à estrutura tarifária, dando passos importantes em abertura comercial e desregulamentação que se aprofundariam na década seguinte, na esteira do Plano Real (Averbug 1999). Aumento da concorrência, reestruturação produtiva e entrada de recursos oriundos do exterior, motivados também pelas privatizações praticadas, marcaram o cenário (Barros & Goldenstein 1997; Laplane & Sarti 1997), que nos anos 2000 exibiu oscilações inquietantes, mas teve no forte aumento dos preços internacionais das *commodities* um fator estratégico para a sua configuração.

No bojo dessas trajetórias, e no prolongamento recente desses percursos (como observado ao final da seção 3), as relações entre a Índia e o Brasil – e, de resto, da Índia com a América Latina e outras regiões mundiais – permaneceram (quando muito) subexploradas. O que ocorreu de interações foi escasso e errático, não obstante (pelo menos) uma visita ao Brasil da chefe de Estado da Índia (Indira Gandhi em 1968) e a defesa de posições comuns em fóruns internacionais (como no âmbito do *General Agreement on Tariffs and Trade* – GATT).

A regra foi, por muito tempo, um relacionamento bastante rarefeito, e o diminuto volume do comércio bilateral, já referido, não é senão um aspecto disso. Mas, assim como nos vínculos comerciais, um processo de inflexão parece ocorrer atualmente, em diferentes esferas.

5.1 Aspectos de cunho geopolítico na projeção internacional indiana

O fim da Guerra Fria, a reboque do colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991), precedido pela reunificação da Alemanha (1990), resultou em alguma mudança na interlocução Brasil-Índia, sem que problemas deixassem de pontilhar a convivência, como observado em torno da questão nuclear. De todo modo, nos anos 1990, e principalmente após a virada para o século 21, mais visitas de chefes de Estado tiveram lugar, de parte a parte, e foram registrados avanços nas relações bilaterais em diversas frentes (Stuenkel 2012).

Na atualidade, um novo impulso nesse relacionamento – há quem se refira, como Desai (2015), a uma nova era nessas interações – parece estar em curso. O contexto é de projeção internacional indiana em várias direções, sobressaindo uma busca por recursos energéticos que incide na América Latina, na África e na Ásia Central. No que considera um ângulo básico do presente processo de “redesenho econômico do sistema mundial”, Fiori (2007) salienta que a Índia, afirmando-se como grande consumidora de energia, compete por fontes desses recursos em diferentes regiões e continentes, concorrendo notadamente com a China.

Estão presentes nas ações da Índia, desse modo, importantes questões de natureza geopolítica, exercendo grande influência o protagonismo (econômico, estratégico) da China, país com o qual a primeira disputa territórios fronteiriços e foi à guerra no início dos anos 1960. Com efeito, como Bava (2007: 6) assinalou em meados da década de 2000, “A política externa da Índia olha para além da vizinhança, para garantir seus interesses econômicos – especialmente o acesso a matérias primas e ao fornecimento de energia –, os quais podem colocá-la numa corrida competitiva com a China [...]”.

Assim, é necessário situar o renovado diálogo da Índia com o Brasil em um contexto mais amplo. O quadro é de um progressivo “[...] engajamento [indiano] com a América Latina (longamente ignorada anteriormente) e a África, onde a Índia encontra-se perseguindo ativamente [o atendimento de] suas exigências energéticas” (Bava 2007: 3). A própria cooperação internacional para o desenvolvimento, exercitada pelo país como doador, espelharia esse tipo de postura: para Semrau & Thiele (2016), interesses

estratégicos determinam essa prática na Índia, sendo fortemente levados em conta por esse Estado, com reflexos nos fluxos da cooperação, tanto o problema da segurança energética como, pela importância atribuída às relações no sul da Ásia, a proximidade regional.

As vantagens indianas no diálogo com o Brasil não se limitam ao comércio. A cooperação tecnológica representa um importante terreno de interações, com perspectivas de benefícios, a rigor, recíprocos.

5.2 Cooperação, um terreno promissor

Entre países externos ao centro do sistema mundial, relações cooperativas na esfera tecnológica se revelam atraentes, sobretudo, porque a capacidade de inovar representa não só um poderoso instrumento competitivo, mas também – como decorrência – um aspecto definidor de *status* na hierarquia sistêmica. De fato, “[...] cada empresa capitalista, além de gerar pressões competitivas através de inovações, está sempre e simultaneamente envolvida em responder às pressões criadas por outras empresas [...]” (Arrighi 1997a: 150).

O rebatimento espacial desses processos pode se traduzir em “movimentos” no interior do sistema interestatal, refletidos na inserção dos países em dinâmicas mais amplas, sistêmicas. Na direção apontada por Arrighi (1997b: 214), tem sentido considerar que a dinâmica das inovações nunca deixa de afetar os “[...] insumos, produtos e técnicas de produção e distribuição e as posições em redes de comércio e alocação de recursos que dão aos Estados capacidades diferenciadas de se apropriar dos benefícios da divisão mundial do trabalho [...]”.

Assim, para países como Índia e Brasil, a cooperação tecnológica se mostra especialmente sedutora, justificando considerar esse assunto em abordagem sobre interações bilaterais que transcendem a esfera comercial. Nessa perspectiva, deve-se assinalar que uma área geral de particular relevância na cooperação científica e tecnológica entre ambos os países, acenando com importantes resultados, diz respeito à saúde. A indústria farmacêutica, especificamente, que se desenvolveu na Índia com maior vigor do que no Brasil, permite imaginar possibilidades de cooperação estratégica com resultados auspiciosos principalmente para o segundo (Guennif &

Ramani 2012). Há de ter significado, em relação ao assunto, o fato de o Brasil abrigar – na Amazônia – reserva de recursos naturais representativa da maior concentração de biodiversidade existente no planeta (Becker 2005).

Note-se que interações científicas e tecnológicas na área da saúde já têm sido observadas na interlocução colaborativa de Índia e Brasil, com resultados em identificação de desafios comuns (envolvendo, por exemplo, enfermidades), defesa de posições compartilhadas em fóruns internacionais e parcerias em projetos (Chaturvedi 2011). Daí a ênfase que costumeiramente se atribui a essa área quando o assunto é cooperação entre os dois países, mesmo que em certos aspectos, particularmente nas discussões sobre o regime internacional de propriedade intelectual na órbita do *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS) – abarcando sobretudo a problemática dos medicamentos genéricos –, sobressaíam dissonâncias nos pontos de vista sustentados e nos argumentos esgrimidos (Fernandes *et al.* 2013). O destaque concedido a tal esfera de colaboração justifica-se plenamente, pois

Uma miríade de possibilidades pode se abrir com uma exploração estratégica de cooperação [...] para desenvolver programas comuns de P&D [Pesquisa e Desenvolvimento], compartilhamento de informações sobre o respectivo patenteamento e procedimentos de aprovação de comercialização para drogas, acordos de licenciamento cruzado ou compartilhamento de *pools* de patentes [...] (Guennif & Ramani 2012: 440).

Se intensificadas, essas interações terão repercussões no Brasil. Como apontou Perez (2008) sobre a América Latina como um todo, as atividades produtivas fortemente baseadas em recursos naturais configuram um domínio essencial nas possibilidades de dinamização econômica acompanhada de inclusão social, e tal aspecto justifica estratégias condizentes por parte dos países. Uma cooperação mais intensa com a Índia haveria de figurar com destaque em estratégia dessa natureza no Brasil. Essa postulação se inspira no que o primeiro país já atingiu na indústria farmacêutica, e também nos seus reconhecidos avanços em tecnologia de informação (IT), um importante segmento dos *business services* que é fonte de expressivos resultados nas exportações indianas (OECD, 2013b).

Não por acaso, referências à importância da cooperação na grande área da saúde crivaram as atividades da Sexta Reunião da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural Brasil-Índia, realizada em outubro de 2013 em Brasília (Ata..., 2013). A rigor, muitos assuntos lograram destaque nesse evento, o que combina com a disposição e a capacidade demonstrada por Brasil e Índia para articulações diversas. Assinale-se que exibe particular realce nessas articulações a aliança em defesa de seus interesses agrícolas, protagonizada durante a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio: “Os dois países juntaram forças e tiveram sucesso em formar uma coalizão de países em desenvolvimento que representavam mais de metade da população mundial e dois terços de seus agricultores” (Hopewell 2015: 319).

Sublinhou-se na reunião de Brasília a necessidade de ampliar e diversificar o comércio bilateral. Do mesmo modo, ressaltando o que foi possível efetuar até recentemente, registrou-se terem ocorrido alguns investimentos de empresas indianas no Brasil (envolvendo petróleo, energia renovável, mineração, engenharia, tecnologia de informação e produtos farmacêuticos) e de empresas brasileiras na Índia (em transporte urbano, serviços e equipamentos ligados à tecnologia de informação, calçados, energia e instrumentos médicos e hospitalares).

De toda maneira, também sobre investimentos bilaterais o entendimento era que buscar a ampliação dos correspondentes fluxos constitui procedimento estratégico. Estímulos nessa direção poderiam contribuir para alterar o quadro geral de ínfimos investimentos externos diretos realizados reciprocamente. No Brasil, dados do Banco Central do Brasil (S.d.) informam que, pelo ângulo da participação no capital, considerando-se o estoque, os investimentos com origem na Índia não superaram, em regra, 0,2% de todo esse investimento dirigido à economia brasileira entre 2010 e 2015. Quando se levam em conta as operações intercompanhias, a incidência é ainda menor, variando de 0,003% a 0,017%, no mesmo período. É idêntica a imagem proporcionada pelas estatísticas disponibilizadas pela UNCTAD, em série histórica de 2001 a 2012. Para os poucos anos em que foram registrados investimentos (em estoque) da Índia no Brasil, os volumes nunca superaram 0,027% do total recebido pelo

segundo (UNCTAD S.d.a). Na direção contrária, também para poucos anos e tanto em fluxo como em estoque, a presença desses investimentos com origem no Brasil oscilaram entre 0,002% e 0,047% de tudo o que ingressou no país sul-asiático (UNCTAD S.d.b).

Chamou-se igualmente a atenção, na referida reunião que ocorreu em Brasília, para outros temas centrais como defesa, cultura e educação. Mas, saliência de fato especial foi conferida à cooperação em ciência e tecnologia, com ênfase em biotecnologia, do que já teriam resultado chamadas públicas para projetos conjuntos de pesquisa em biomedicina e ciências médicas, assim como em agricultura, engenharia, tecnologias da informação e energias renováveis. Cabe realçar, sobretudo, a manifestação do forte “[...] interesse em expandir o diálogo em temas de saúde, inclusive em explorar possibilidades de cooperação em áreas como controle de qualidade laboratorial, organização de cadeias produtivas e pesquisa médica” (Ata..., 2013, S.p.). Frise-se que a observada ênfase não é fortuita:

[...] quase todas as colaborações interempresariais Índia-Brasil [...] [na área da saúde] buscam ganhos de mercado para firmas indianas no Brasil. Isso proporcionou maiores retornos para essas firmas e, simultaneamente, ampliou a disponibilidade de produtos acessíveis no mercado brasileiro. Mas até agora a colaboração tem sido mais *one-sided*, e o lado brasileiro não tem contribuído muito para além do que o seu mercado significa. As firmas brasileiras já têm participação crescente em produções locais de [medicamentos] genéricos, mas as indianas podem acrescentar mais aos esforços de ambos os lados em capacidade de reengenharia e descoberta de novas drogas.

Como as atividades empresariais brasileiras no setor de biotecnologia em saúde estão fortalecidas, sua ajuda na colaboração pode ser ampliada, com ganho no acesso ao importante mercado indiano. [...] [Há grande oportunidade] para investimentos brasileiros na área de *kits* para diagnósticos. O mercado é crescente na Índia, e isso pode representar grande suporte para empresas públicas brasileiras que atuam na área. A colaboração entre firmas indianas e instituições públicas de pesquisa brasileiras deveria ser encorajada em lançar mão da *expertise* das segundas e do capital das primeiras. Mas essa parceria não seria sustentável se limitada aos

[medicamentos] genéricos. Dada a forte competição das empresas multinacionais, essas duas economias precisariam explorar outras opções. Uma delas poderia envolver o uso da sua rica base em biodiversidade (Chaturvedi 2011: 32-33).

Outro importante espaço de interações diz respeito às iniciativas de promoção das condições de vida e trabalho dos contingentes sociais mais necessitados em ambos os países. Na aludida Sexta Reunião da Cooperação Mista de Cooperação, os participantes indianos agradeceram ao Brasil “[...] a contribuição do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a elaboração de seus programas de redução da pobreza. O lado brasileiro elogiou o governo indiano pelas iniciativas recentes nessa área [...]” (Ata..., 2013: S.p.), o que certamente fez referência ao novo programa de transferência de renda lançado pela Índia em janeiro de 2013, envolvendo concessão de recursos financeiros para que famílias pobres pudessem realizar compras por conta própria, sem os elos de intermediação que caracterizaram iniciativas anteriores do gênero (Bonis 2013).

Considera-se aqui que tal esfera de relações se apresenta especialmente propícia para trocas de informações e para ações que produzam resultados na redução das carências e do sofrimento de numerosos contingentes. Não seriam implicados nesse processo somente o plano acadêmico e a órbita governamental, a participação dos quais é, contudo, decisiva. Também resultaria envolvido, e talvez principalmente, o âmbito das interações sociais em escala inclusive comunal, dizendo respeito aos próprios agentes ou atores com participação nas diversas experiências em ambos os países. A ideia evoca o aproveitamento das forças criativas, geralmente diluídas no corpo social, em interações que, talvez, possam até representar auxílio – ou se imbricar – na construção de novos referentes para a ação ou o ativismo social.

6. Considerações finais

Parecem residir na cooperação as melhores possibilidades ligadas à constituição de grupos de atores políticos com importante (ainda que desigual) presença econômica e geopolítica internacional. Não há razão para pensar diferentemente sobre os Estados membros do acrônimo BRICS. Mesmo que

não venha a afetar o sistema global de poder, esse arranjo pode, talvez, passar a ter a envergadura de um efetivo “agente” com ações de incidência mundial, um processo que haveria de ser permeado por iniciativas de cooperação intrabloco. As realizações conjuntas, com efeito, hão de representar uma parte essencial da argamassa do BRICS.

O que tem sentido considerar para as interações multilaterais, quer dizer, em escala de bloco, há de valer também para os vínculos em pares de países, como entre Brasil e Índia, Estados da semiperiferia mundial incorporados com tempos próprios e em condições específicas à dinâmica do capitalismo em termos históricos, como se falou. Esse foi o assunto explorado neste artigo, em que se sugeriu que um possível “eixo” implicando os dois países teria um grande significado para ambos, entendimento que, aliás, parece permear as atuações dos respectivos governos no período recente com respeito às suas relações internacionais.

Por exemplo, na VIII Cúpula do BRICS, ocorrida na Índia (em Goa) em outubro de 2016, estiveram na mira dos discursos e das manifestações de intenções dos dois governos não somente o aumento do fluxo comercial e sua diversificação, mas igualmente as ações de melhoria das condições para investimentos externos de parte a parte. Importância equivalente crivou as considerações a respeito das parcerias na área acadêmica e científica, tanto quanto entre empresas, conforme sugerido pelos termos do estabelecido Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (Brasil 2016c).

O fato de Brasil e Índia integrarem grupo de cinco membros, com algumas realizações no plano institucional, não deve representar dificuldade ou constrangimento para iniciativas de cunho bilateral no seu interior. Precedentes importantes marcam o cenário mundial contemporâneo. Não se trata de outra coisa no que se edificou recentemente entre China e Rússia: como já referido, em maio de 2014 esses países assinaram acordo para fornecimento de gás pela segunda à primeira, durante trinta anos; o valor total, segundo Perlez (2014), atinge US\$ 400 bilhões. A um só tempo, essa iniciativa ajuda a equacionar o atendimento no longo prazo de uma crucial necessidade chinesa e permite a exploração duradoura, pelos russos, de uma monumental frente de comércio.

Seria demais imaginar interações com índole assim estratégica envolvendo outro par de países do grupo BRICS, como o formado por Índia e Brasil? Certamente não se trata, à primeira vista, de perspectiva desprovida de possibilidades, tomando-se por base os movimentos recentes de parte a parte, como se falou no artigo, e principalmente o que tais iniciativas estariam a sinalizar a respeito dos interesses incrustados. Com efeito, as ações na esfera do Estado costumam ser determinantes nas trajetórias de relações como as aqui consideradas. Assim, a constituição de um possível “eixo” Índia-Brasil, nos termos esboçados (imaginados), dependeria de decisões estratégicas tomadas e executadas nesse nível.

Mas é importante considerar que, embora movimentos recentes estejam a sugerir um possível novo e promissor período de interações entre os dois países, não se pode perder de vista que, na Índia, ganha dimensões aparentemente crescentes a atração pela escala regional, quer dizer, asiática, manifestada em termos tanto econômicos como políticos e geopolíticos. E não se deve deixar de levar em conta que, no Brasil, o governo instalado após o impedimento da presidente Dilma Rousseff representaria tendência de mudança na política externa protagonizada, pelo menos, desde o início do presente século, em que tiveram proeminência as relações “sul-sul”. Ora, alterando-se aquele percurso, caberia indagar até mesmo sobre o futuro das interações do Brasil no seio do BRICS, de um modo geral, uma dúvida que, naturalmente, recobre o problema das relações desse país com a Índia.

Assim, e reafirmando o já assinalado, as possibilidades de relacionamento às quais se aludiu anteriormente não prescindem de um exercício de política externa, na Índia e no Brasil, condizente com o interesse em ampliar e solidificar interações permeadas de sentido cooperativo. A presença de governos em harmonia com essa orientação figura, portanto, no rol de condicionantes para que vínculos mais densos entre os dois países possam se materializar ou crescer.

Referências

Alvarez, R. & Baumann, R. & Wohlers, M. (Orgs.) (2010). *Integração produtiva: caminhos para o Mercosul*. Brasília: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

Arrighi, G. (1997a). “A estratificação da economia mundial: considerações sobre a zona semiperiférica”. In: *A ilusão do desenvolvimento*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.

Arrighi, G. (1997b). “A ilusão desenvolvimentista: uma reconceitualização da semiperiferia”. In *A ilusão do desenvolvimento*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.

Ata da Sexta Reunião da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, científica, Tecnológica e Cultural Brasil-Índia (2013). Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, Nota n. 360, 15 out.

Averbug, A. (1999). “Abertura e integração comercial brasileira na década de 90”. In Giambiagi, F. & Moreira, M. M. (Orgs.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES.

Banco Central do Brasil (S.d.). *Censo de capitais estrangeiros no país. Resultados. Anos-base: 2010 a 2015*. URL [On line]: <http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpai=CAMBIO>. Acesso em: 31 de outubro de 2017.

Barros, J. R. M. & Goldenstein, L. (1997). “Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro”. *Revista de Economia Política* 17(2): 11-31.

Bava, U. S. (2007). “India’s role in the emerging world order”. *FES Briefing Paper*, n. 04, FES New Delhi.

Becker, B. K. (2005). “Geopolítica da Amazônia”. *Estudos Avançados* 17(53): 71-86.

Bonis, G. (2013). “Bolsa Família, versão Índia”. *CartaCapital*, 21 jan. URL [On line]: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/bolsa-familia-versao-india>>. Acesso em: 21 de outubro de 2016.

Brasil (2016a). *Serviços 2015: panorama do comércio internacional*. Brasília: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Brasil (2016b). *Serviços 2015: perfis dos negócios bilaterais*. Brasília: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores (2016c). *Visita do Presidente da República à Índia – Goa, 17 de outubro de 2016. Comunicado Conjunto Brasil-Índia*. Brasília: MRE, 17 out. URL [On line]: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14940-visita-do-presidente-da-republica-a-india-go>>

17-de-outubro-de-2016-comunicado-conjunto-brasil-india>. Acesso em: 14 de novembro de 2016.

Braudel, F. (1992). “A história das civilizações: o passado explica o presente”. In *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva.

Braudel, F. (1996). *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. V. 2. – *Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes.

Braudel, F. (1998). *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. V. 3. – *O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes.

Cattaneo, O. & Gereffi, G. & Staritz, C. (Eds.) (2010). *Global value chains in a postcrisis world: a development perspective*. Washington, D. C.: The World Bank.

Chaturvedi, S. (2011). “South-South cooperation in health and pharmaceuticals: emerging trends in India-Brazil collaborations”. *Discussion Paper*, n. 172, New Delhi: Research and Information System for Developing Countries.

Cintra, M. A. M. & Silva Filho, E. B. da & Pinto, E. C. (Orgs.) (2015). *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA.

De Beule, F. & Van Den Bulcke, D. (2012). “Locational determinants of outward foreign direct investment: an analysis of Chinese and Indian greenfield investments”. *Transnational Corporation* 21(1): 1-34.

Desai, R. D. (2015). “A new era for India-Latin America relations?” *Forbes* June, 25th. URL [On line]: <<http://www.forbes.com/sites/ronakdesai/2015/06/25/a-new-era-for-india-latin-america-relations/#5f4dff6529d4>>. Acesso em: 6 de setembro de 2016.

Fernandes, L. & Garcia, A. & Cruz, P. & Willemsens, C. (2013). “Caminhos da cooperação entre Brasil e Índia no Regime da Propriedade Intelectual: novas possibilidades no âmbito dos BRICS?” *Policy Brief*, BRICS Policy Center, PUC/Rio de Janeiro, abril.

Fiori, J. L. (2007). “A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul”. *OIKOS* 8: 77-106.

Frank, A. G. (1977). *L'Accumulation mondiale: 1500-1800*. Paris: Calmann-Lévy.

Fryer, D. & Cattaneo, N. (2014). “Structural change, productivity and the middle income trap: South Africa in comparative perspective”. In Neves, R. C. B. das & Farias, T. G. de (Eds.). *VI BRICS Academic Forum*. Brasília: IPEA.

Frykenberg, R. E. (1965). *Guntur District, 1788-1848: a history of local influence and central authority in South India*. Oxford: Clarendon.

Ghennif, S. & Ramani, S. V. (2012). “Explaining divergence in catching-up in pharma between India and Brazil using the NSI framework”. *Research Policy* 4: 430-441.

Grubel, H. G. & Lloyd, P. J. (1971). “The empirical measurement of intra-industry trade”. *Economic Record* 47(4): 494-517.

Hopewell, K. (2015). “Different paths to power: the rise of Brazil, India and China at the World Trade Organization”. *Review of International Political Economy* 22(2): 311-338.

Humphrey, J. & Memedovic, O. (2003). *The global automotive industry value chain: what prospects for upgrading by developing countries*. Vienna: United Nations Industrial Development Organization.

Kallummal, M. & Varma, P. & Sharma, S. (1997). “An analysis of intra industry trade in environmental goods: a case study of BRICS countries”. *Federalismi.it* 20: 1-46.

Khilnani, S. (1997). *The idea of India*. London: Hamish Hamilton.

Laplane, M. F. & Sarti, F. (1997). “Investimento Direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90”. *Economia e Sociedade* 8: 143-181.

Marx, K. (1976) [1867]. *Le Capital*. Tomo I. Paris: Éditions Sociales.

Medeiros, C. A. de (2011). “A dinâmica da integração produtiva asiática e os desafios à integração produtiva no Mercosul”. *Análise Econômica* 29(55): 7-32.

OECD (2013a). *Interconnected economies: benefiting from global value chains*. Paris: OECD Publishing.

OECD (2013b). *Global Value Chains (GVCs): India*. Paris: OECD. URL [Online]: <http://www.oecd.org/sti/ind/GVCs%20-%20INDIA.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

O'Neill, J. (2001). "Building better global economic BRICs". *Global Economic Paper 66*, Goldman Sachs Economic Research Group, London, 30th Nov.

Pant, M. (2011). *India and the BRICS countries: issues of trade and technology*. New Delhi: Indian Institute of Foreign Trade.

Paula, L. F. de & Pires, M. (2017). "Crise e perspectivas para a economia brasileira". *Estudos Avançados* 31(89): 125-144.

Peixoto, F. (2010). "China e Índia compram mais do Brasil em 2009". *Estadão*, 04 janeiro. URL [On line]: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,china-e-india-compram-mais-do-brasil-em-2009,490483>. Acesso em: 28 de outubro de 2017.

Perez, C. (2008). "A vision for Latin America: a resource-based strategy for technological dynamism and social inclusion". *GLOBELICS Working Paper Series*, n. 08-04, June.

Perlez, J. (2014). "China and Russia reach 30-year gas deal". *The New York Times*, May 21. URL [On line]: http://www.nytimes.com/2014/05/22/world/asia/china-russia-gas-deal.html?_r=0. Acesso em: 13 de setembro de 2016.

Prates, D. M. (2013). "Investimento e transformação estrutural na economia indiana: dois padrões de crescimento (1950-1979 e 1980-2008)". In Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia*. v.2. Brasília: CGEE.

Prates, D. M. & Cintra, M. A. M. (2009). "Índia: a estratégia de desenvolvimento – da independência aos dilemas da primeira década do século XXI". In Cardoso Jr., J. C. & Acioly, L. & Matijascic, M. (Orgs.). *Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudo de experiências internacionais selecionadas*. Brasília: IPEA, v. 2.

Smith, A. (1996) [1776]. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. v. 2. São Paulo: Nova Cultural.

Semrau, F-O. & Thiele, R. (2016). "Brazil's development cooperation: following in China's and India's footsteps?" *Kiel Working Paper*, n. 2014, Kiel Institute for the World Economy.

Serrano, F. & Mazat, N. (2013). "A potência vulnerável: padrões de investimento e mudança estrutural da União Soviética à Federação Russa". In

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia*. v.2. Brasília: CGEE.

Stuenkel, O. (2012). “Seeing India through Brazilian eyes”. *Seminar* 630: 2-5.

Sturgeon, T.& Gereffi, G. & Guinn, A. & Zylberberg, E. (2013a). “O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio”. *Revista Brasileira de Comércio Exterior* 115: 26-41.

Sturgeon, T.& Gereffi, G. & Guinn, A. & Zylberberg, E. (2013b). *Brazilian manufacturing in international perspective: a global value chain analysis for Brazil's aerospace, medical devices, and electronic industries*. Brasília: Confederação Nacional da Indústria.

Taques, F. H. & Cavalcante, H. H. & Monteiro, M. B. (2015). “Fluxo de comércio entre o Brasil e os demais países dos BRICS”. *Revista Economia e Desenvolvimento* 14(2): 260-280.

UNCTAD (2017). *World investment report 2017*. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development. URL [On line]: <http://www.unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2017_en.pdf>. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

UNCTAD (S.d.a). *Brazil*. URL [On line]: http://unctad.org/Sections/dite_fdistat/docs/webdiaeia2014d3_BRA.pdf

UNCTAD (S.d.b). *India*. URL [On line]: http://unctad.org/Sections/dite_fdistat/docs/webdiaeia2014d3_IND.pdf

Wallerstein, I. (1979). *El moderno sistema mundial*. T. 1. México, DF: Siglo Veintiuno.

Wallerstein, I. (1984). *El moderno sistema mundial*. T. 2. México, DF: Siglo Veintiuno.

Wallerstein, I. (1991). “Does India exist?” In *Unthinking social science: the limits of Nineteenth-Century paradigms*. Cambridge: Polity Press.

Wallerstein, I. (1998). *El moderno sistema mundial*. T. III. México, DF: Siglo Veintiuno.